

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3050/2023-PGJ, DE 15.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 31.7 a 4.8.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3038/2023-PGJ, DE 15.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo 6 (seis) dias de férias compensatórias no dia 4.8.2023 e no período de 14 a 18.8.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3142/2023-PGJ, DE 19.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 4 (quatro) dias de compensação no período de 11 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 22 e 23.5 e 12 e 13.6.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3149/2023-PGJ, DE 19.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 14 a 18.8.2023, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1991, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2614/2023-PGJ, DE 29.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações, conforme segue (PGA nº 09.2023.00005062-1).

| MEMBRO | PERÍODO AQUISITIVO | TIPO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|-------------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Julio Bilemjian Ribeiro | 2020/2021 | Regulamentares | 10 | 20.7 a 18.8.2023 |
| | 2021/2022 | Regulamentares | 20 | |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2615/2023-PGJ, DE 29.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 14.8 a 2.9.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005138-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2592/2023-PGJ, DE 29.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00004975-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3186/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 21 (vinte e um) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini, que seriam usufruídos no período de 21.6 a 11.7.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00006674-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3198/2023-PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA, da Secretaria Nacional de Justiça, no ano de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3157/2023-PGJ, DE 20.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Vara da Infância e da Adolescência da comarca de Campo Grande no dia 22.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3159/2023-PGJ, DE 20.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0032106-07.2020.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 20.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3161/2023-PGJ, DE 20.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Nioaque no dia 22.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3163/2023-PGJ, DE 20.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 79, de 16.6.2023, da Prefeitura de Bandeirantes, que estabeleceu ponto facultativo no âmbito do referido município no dia 19.6.2023, em razão do feriado comemorado no dia 20.6.2023, em razão da emancipação político-administrativa do município;

CONSIDERANDO a Portaria nº 729/2023, de 6.6.2023, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo no âmbito do Poder Judiciário e autorizou o fechamento do fórum da referida comarca no dia 19.6.2023,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 19.6.2023, segunda-feira, no âmbito da Promotoria de Justiça de Bandeirantes, excetuados os serviços que, por sua natureza, não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3164/2023-PGJ, DE 20.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5, de 2.1.2023, da Prefeitura de Angélica, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 30.6.2023, em razão do feriado municipal no dia 29.6.2023, em comemoração ao Dia de São Pedro Apóstolo, padroeiro da cidade;

CONSIDERANDO a decisão exarada nos Autos nº 066.113.0015/2023 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autoriza a suspensão do expediente forense no foro judicial da comarca de Angélica no dia 30.6.2023,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 30.6.2023, sexta-feira, no âmbito da Promotoria de Justiça de Angélica, excetuados os serviços que, por sua natureza, não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3190/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Nota de Empenho nº 2023NE000245, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006508-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3191/2023-PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho n° 2023NE002703, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA n° 09.2023.00006165-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3192/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato n° 52/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Kelli Cristina de Oliveira, Chefe do Núcleo de Expediente da Secretaria de Tecnologia da Informação; 3.1) Suplente – Andréia Fernandes Francischini, Técnica I (PGA n° 09.2023.00005864-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3193/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho n° 2023NE000246, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA n° 09.2023.00006506-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3194/2023-PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho n° 2023NE000241, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA n° 09.2023.00005012-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3195/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços n°s 7/PGJ/2023, 8/PGJ/2023, 9/PGJ/2023 e 11/PGJ/2023, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 2.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (PGA n° 09.2022.00001276-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3196/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho n° 2023NE002646, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (PGA n° 09.2023.00006274-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3197/2023-PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002645, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (PGA nº 09.2023.00006280-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3200/2023-PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC4, símbolo MPFC-304, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-693/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2020/2021 | 10 | 22 a 31.5.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-696/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 10 a 19.7.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-697/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 3 a 12.7.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-698/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Tiago Di Giulio Freire, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2017/2018 | 10 | 20 a 29.7.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-699/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Henrique Franco Cândia, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 3 a 12.7.2023 | GOZO | SIM |
| 2022/2023 | 10 | 14 a 23.8.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0040/2023/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Janeli Basso, que oficia perante a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00004031-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0041/2023/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00000440-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-723/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Clayton Macedo Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 18.9 a 17.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-724/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Angela Rezende do Amarante, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 27.9 a 6.10.2023 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-725/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Marina Nery Alves, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2023 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-726/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Gustavo da Silva Andrade, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.12.2023 e de 10 a 19.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-727/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2023 e de 29.1 a 7.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-728/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Taís Conrad Beluzi, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 18 a 27.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-729/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Camila Ramalho Mendes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-730/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Felinto Paes de Barros Neto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.10.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-731/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Francisco Ferreira Filho, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 15 a 24.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-732/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Myrian Raquel Rodrigues da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-733/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Priscilla Caroline Muta, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-734/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Isabela Stefanés Pacheco, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.8.2023 e de 23.10 a 1º.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-735/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Mauro da Cunha Duarte, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-736/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 2 a 21.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-737/2023/PGJ, DE 21.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir do dia 15/06/2023, as férias do servidor Jorge Charbel Berto Nasralla, concedidas por meio da Portaria nº e-226/2023-PGJ, de 6.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 16/10/2023 a 24/10/2023

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 12ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 3 DE JULHO DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003095-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000862-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003236-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003291-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003403-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001142-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001906-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003458-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005154-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005347-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009604-7.



- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011331-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002921-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005769-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009722-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002060-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010068-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002468-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011463-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000420-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000225-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003389-9.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003098-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004854-4.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002134-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000058-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000337-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002134-0.

5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001695-9.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001034-0.

7. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005307-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010502-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000163-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002017-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002232-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002723-1.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. Conselheira FILOMENA APARECIDA DEPOLITO FLUMINHAN:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005601-5:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001276-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001167-1.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000336-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001456-1.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001530-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001876-0.

**11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002200-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003579-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000239-1.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000465-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000107-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000100-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000725-6.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000855-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001139-3.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001335-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000058-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000182-2.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000304-2.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000080-9.

1.2.2. Conselheiro O ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005603-7:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2015.00000042-5.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000650-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001683-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002764-8.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000249-4.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000140-7.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001092-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000039-6.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000813-3.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000959-8.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001009-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001389-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000166-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000178-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000260-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000461-2.

1.3. Comunicação de Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo de Leniência que versem sobre ato de improbidade administrativa, firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme arts. 2º, § 4º e 6º, § 9º, da Resolução nº 6/2019-CPJ e Enunciado 23, de 2.6.2020, para fins de registro:

- **16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0351/2023/16PJ/DOS, de 15.6.2023, o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados Ricardo Rottuno encaminha cópia do termo de ajustamento de conduta firmado nos Autos do IC nº 06.2016.00003338-3, bem como, da sentença homologatória e certidão de trânsito em julgado, para fins de registro, nos termos do Enunciado n. 23, de 2 de junho de 2020.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000978-4**

Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Iguatemi

Requerentes: Mônica Gabriela Glen de Campos Griep e Valquíria Glen de Campos

Requeridos: Sargento Amorim e outro

Assunto: Apurar a conduta adotada pelo Sargento Amorim e outro Policial Militar, ainda não identificado, em face das comunicantes, durante abordagem policial ocorrida no dia 02.04.2022.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00003597-5 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000461-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Kenji Miyasaki

Assunto: Apurar o desmatamento de 4,49 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Nova União, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 49/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001196-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as péssimas condições de conservação da Escola Estadual Silvio Ferreira, em Coxim-MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001025-0

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Adotar providências para a construção e instalação de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI neste Município de Nioaque-MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001418-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mardônio Gonçalves Silva

Assunto: Apurar ausência de 416,07 hectares para a composição de Reserva Legal, e de 136 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs), bem como a ausência de 232 hectares de vegetação arbórea densa nas APPs, na Fazenda Santa Helena, em Naviraí-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 044/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000027-8 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001541-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bocchi Armazéns Gerais Ltda.

Assunto: Apurar a irregularidade da localização de empresa cerealista situada no bairro Benedito Rondon, em Rio Brillante/MS, bem como o dano ambiental decorrente de seu funcionamento.

Advogado: Gustavo Guevara Malvestiti – OAB/PR nº 037640X

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000285-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Penna Chaves

Assunto: Apurar as circunstâncias do incêndio em uma área de 97.4173 hectares, coordenadas -19°14'37.0°, -56°20'48.0”, no interior do imóvel rural “Fazenda São José da Formosa”, entre 27/07/2022 a 25/08/2022, em desacordo com a Portaria IMASUL n.º 1.101/2022, que suspendeu as autorizações ambientais de “Queima Controlada” entre o período de 03/07/2022 a 31/12/2022.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000473-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de desmate irregular de 0,96 hectares de vegetação nativa na Fazenda Paraíso, CARMS n. 0007178, objeto do Auto de Infração n. 7427, emitido pelo IMASUL.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001552-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os danos ambientais detectados nos laudos 019/2020 e 20/2020 do NUGEO, que informam supressão em propriedade “Fazenda Monte Azul”.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil de nº 06.2016.00000644-5**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a regularidade das obras e tapumes utilizados no Autoposto São Judas Tadeu, bem como a renovação do licenciamento ambiental do estabelecimento.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000103-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Horácio Zanon

Assunto: Apurar desmatamento de 1,69 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, de Fitofisionomia Vegetação Ciliar Aluvial (Fa), na Fazenda São Gabriel do Morro Alto, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 376/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2020).

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000875-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Flavia Maria Lucas de Siqueira Fedossi

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, bem como possível descumprimento de carga horária por médico auditor.

Retirado da 9ª Sessão de Julgamento Virtual do Conselho Superior, iniciada no dia 8 de maio de 2023, a pedido do Relator.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004247-2

10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Recorrente: Adeir Archanko da Mota

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no âmbito da aprovação das contas do Conselho Municipal de Saúde de Dourados/MS.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000285-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL

Assunto: Apurar eventual violação da Lei Federal nº 11.428/06 ao emitir autorizações de supressão vegetal em áreas de floresta decidual e semidecidual.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000810-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Celso Nantes e Maria Elizena de Oliveira Nantes

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal em 3,13 hectares de área de Reserva Legal na propriedade rural Fazenda Aprisco, consoante Laudo Técnico nº 127/22/Nugeo da Etapa nº 05 setembro/2021 a dezembro/2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001585-3 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001390-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

**4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000145-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rosa Maria Bogada

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 7,01 ha, sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na Estância São Lucas, de Rosa Maria Bogada, localizada no município de Aquidauana/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001434-0

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Santa Casa de Campo Grande

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar irregularidades nos encaminhamentos de pacientes em situação de vaga zero para o Hospital Santa Casa de Campo Grande, sem o devido acompanhamento médico durante o transporte.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000078-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Mariana Tenório de Albuquerque

Assunto: Apurar a ausência de inscrição no Cadastro Ambiental Rural da Propriedade Lote n. 08, em Angélica/MS, conforme Parecer de Geoprocessamento n. 047/2021/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios).

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001208-9**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: CASSEMS - Caixa de Assistência dos Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual insuficiência de leitos UTI Neonatal para atendimento de beneficiários de plano privado de assistência à saúde operado pela CASSEMS e a conduta da referida empresa, em destinar e encaminhar pacientes para ocupação de leitos UTI Neonatal em hospitais conveniados com o estado e o município.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00003411-0

45ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Campo Grande

Recorrente: Romeu Pires

Recorridos: 45ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Victor Bernardes da Silva Netto e Glória Aparecida Campos Bernardes Moura

Assunto: Recurso em Notícia de Fato que visa a apurar eventual ilegalidade decorrente da ausência de intervenção do Ministério Público na ação de inventário n. 0823145-25.2012.8.12.0001.

Advogados: Alexandre Vilas Boas Farias – OAB/MS nº 9.432 e Henrique Vilas Boas Farias – OAB/MS nº 10.092.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001564-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estância Santo Expedito, Wagner Loureiro Assis

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Estância Santo Expedito, de propriedade do Sr. Wagner Loureiro Assis, às margens do Rio Apa, Bela Vista/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001570-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria Aparecida Amarilha

Assunto: Apurar dano ambiental causado no Lote Urbano de propriedade da Sra. Maria Aparecida Amarilha, às margens do Rio Apa, em Bela Vista/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002641-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica



Requerente: Ministério Público do Estado

Requeridas: Fazenda Santa Ana e Fazenda Dois Irmãos

Assunto: Apurar a causa e eventuais responsabilidades pelo desvio do curso do Córrego Engano (Cachoeira), no Município de Angélica (IC n. 013/2016).

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000636-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de Milton de Aguiar Ribeiro, representado pela inventariante Clarice de Fátima Catiari Aguiar Ribeiro

Assunto: Apurar a ausência de 147,28 hectares para a composição de Reserva Legal e de 12,09 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas também delimitadas como Reserva Legal, bem como 9,95 hectares ausentes de vegetação arbórea densa nas áreas de preservação permanente, na Fazenda Santa Cruz, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 028/2020 (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000111-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Anônimo

Requerido: Sirvirino A. Terenciani, Câmara Municipal de Angélica

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de benefícios, bem como enquadramento indevido do servidor Sirvirino Aparecido Terenciani, que se tornou estável excepcionalmente com o advento da Constituição de 88.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000450-8

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no "Termo de Autorização Precária de Uso 01/2020", subscrito pelo Prefeito Municipal de Três Lagoas, Sr. Ângelo Chaves Guerreiro, publicado no Diário Oficial de 07/08/2020, em favor de Ivolin Lopes Ramos – ME.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000910-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais irregularidades atinentes a contratação decorrente do Pregão Presencial nº. 056/2017 - Processo Licitatório nº. 087/2017, pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001890-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lígia Franciscon Ricardo

Assunto: Apurar desmatamento de 6,48 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma de Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal 11.428/06), na Fazenda Quiteroi, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 97/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001387-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Diego José Eberhardt

Assunto: Apurar o depósito irregular de produto florestal no imóvel rural denominado Fazenda Rancho da Lua, arrendado ao Sr. Diego José Eberhardt.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001170-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Ruy Moraes Terra Filho

Assunto: Apurar desmatamento de 23,43 hectares em área remanescente de vegetação nativa pertencente ao Bioma Pantanal, na Fazenda São Pedro/Campo Alegre/Piúva, em Sonora/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme constatado pelo Auto de Infração IBAMA nº B9XBH1US.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0021/2023/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000649-1

REQUERENTE: *Câmara Municipal de Campo Grande e 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.*

REQUERIDO: *Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.*

OBJETO: *Apurar se a Unidade Básica de Saúde da Família Dra. Regia Jussara F. de Barros” – Aero Rancho Granja, localizada na Região do Anhanduizinho, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0022/2023/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000650-3

REQUERENTE: *Câmara Municipal de Campo Grande e 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.*

REQUERIDO: *Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.*

OBJETO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família “Dr. Syrzil Wilson Maksoud” – USF Sírio Libanês, localizada na Região Imbirussu, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N. 0023/2023/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000651-4

REQUERENTE: *Câmara Municipal de Campo Grande e 32^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.*

REQUERIDO: *Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.*

OBJETO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família Dr. Narsi Siufi, localizada no bairro Jardim Presidente, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0024/2023/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000652-5

REQUERENTE: *Câmara Municipal de Campo Grande e 32^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.*

REQUERIDO: *Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.*

OBJETO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família “Dr. Pedro Nango Dobashi” – USF, Vila Carvalho, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0025/2023/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000653-6

REQUERENTE: *Câmara Municipal de Campo Grande e 32^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.*

REQUERIDO: *Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.*

OBJETO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família Mestre José Alberto Veronese, USF Jardim Seminário (UCDB), em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública



TRÊS LAGOAS

EDITAL N° 06.2023.00000662-5

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvário Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000662-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ademir Dias da Silva

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de 2 hectares de vegetação nativa, através do uso de maquinário para empurrar a vegetação, além da extração e da movimentação da terra para fins comerciais sem as devidas licenças.”

Três Lagoas, 20 de junho de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 021/2023-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000621-4. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000621-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Waldir Aparecido Capuci, João Leonildo Capuci

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,16 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Nossa Senhora de Mont Serrat, em Aquidauana/MS, realizada sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 220/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Aquidauana - MS, 21 de junho de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**BELA VISTA****EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****INQUÉRITO CIVIL 06.2020.00000512-5**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Francisco Cintra Franco - Fazenda Onça Parda.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000512-5, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “*Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 6,16 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Onça Parda em Bela Vista/MS.*”

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Francisco Cintra Franco, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 3,4112 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal, em sua propriedade, Fazenda Onça Parda, localizada em Bela Vista/MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa dentro de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Onça Parda, em Bela Vista/MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), cujo pagamento dar-se-á à vista.

Parágrafo único: o valor deverá ser destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMISSÁRIO promoverá a regularização das áreas propostas para reserva legal, não se obstando a sua alteração, desde que aprovada pelo órgão ambiental competente.

Bela Vista-MS, 20 de junho de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

CAARAPÓ**EDITAL 0006/2023/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Sérgio Spricido.

Assunto: Apurar a ausência de estrutura necessária para o desenvolvimento seguro da atividade de aviação agrícola na Fazenda Santa Fé.

Caarapó-MS, 20 de junho de 2023.

ARTHUR DIAS JUNIOR
Promotor de Justiça



TERENOS

EDITAL N° 0014/2023/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2022.00001245-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível superfaturamento em contratação de serviço de impressão de revistas comemorativas por parte do Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 19 de junho de 2023.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0015/2023/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2022.00001244-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requeridos: Elizabete Santos e Moisés Santos.

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente na operação de Depósito de Recicláveis ou Sucata sem o devido licenciamento ambiental.

Terenos/MS, 19 de junho de 2023.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça